



INTERVIR, LUTAR, AVANÇAR



PCP questiona Governo e Assembleia da República

Grande dia de luta dos trabalhadores dos Call Centers das Telecomunicações!

Saudamos os trabalhadores dos Call centers das empresas de Telecomunicações que continuam a luta contra a precariedade, por melhores condições de trabalho, pelo aumento dos salários, pelo combate à falsa prestação de serviços e o direito a um vínculo de trabalho efectivo com as empresas utilizadoras.

Não é admissível que grandes empresas como a MEO/Altice ou a NOS, mantenham os seus trabalhadores em situações de precariedade e instabilidade durante anos e anos, sem qualquer perspectiva de futuro. São milhares os trabalhadores que fazem a mesma coisa há anos, décadas até, e continuam a receber o salário mínimo nacional, sem ter acesso às mesmas condições dos trabalhadores das empresas utilizadoras.

O PCP marcou presença, através do seu deputado à Assembleia da República Duarte Alves, na concentração realizada pelos sindicatos da CGTP em Lisboa, mostrando a sua solidariedade e disponibilidade para continuar a responder às justas reivindicações destes trabalhadores.

Os trabalhadores sabem que podem contar com o PCP!

"No passado dia 19 de julho, foi aprovado o projeto de resolução do PCP que "Recomenda ao Governos a criação da profissão de operador de centros de contacto, reforço de direitos de pausa, descanso, higiene, saúde e segurança no trabalho" que, em conjunto com outros projetos aprovados, resultou na Resolução da Assembleia da República n.º 170/2019.

Esta resolução recomenda ao Governo a elaboração de um relatório sobre condições de higiene, saúde, segurança e de trabalho no sector dos centros de contacto, monitorizando um conjunto de dados; a elaboração de um estudo sobre as condições de trabalho neste sector e recomenda ainda que o Governo assegure que as empresas cumprem a obrigação de assegurar formação especializada e remunerada.

Para o PCP é determinante assumir como prioritário o combate à precariedade, assegurando que necessidades permanentes das empresas utilizadoras destes trabalhadores não podem ser "terciarizadas", nem objeto de recurso a empresas de trabalho temporário, assumindo a contratação efetiva de todos os trabalhadores que respondem a necessidades permanentes.

Para o PCP é igualmente importante a criação e regulamentação da profissão de operador de centro de contactos, incluindo reconhecimento das categorias profissionais adequadas, com respetiva formação especializada e garantindo a todos os trabalhadores os meios adequados ao desenvolvimento da sua formação geral e técnico-profissional.

O PCP entende como inadiável a valorização destes trabalhadores, nomeadamente através do aumento dos salários, do combate à precariedade, bem como a urgência da melhoria das condições de pausa e descanso e das condições de trabalho.

1. Que diligências já foram tomadas pelo Governo e ACT no sentido de garantir o cumprimento da Resolução da Assembleia da República n.º 170/2019?
2. Considerando a importância da criação e regulamentação da profissão de operador de centro de contacto e reconhecimento das suas categorias profissionais, que medidas pretende o Governo tomar para que tal seja concretizado?
3. Que medidas tomou já o Governo para garantir que o relatório sobre as condições de Higiene, Saúde, Segurança e Condições de trabalho no sector será elaborado cumprindo o prazo de 6 meses previsto na Resolução 170/2019?
4. Que informação dispõe o Governo relativamente ao efetivo cumprimento por parte das empresas no que toca ao rastreio de cuidados de saúde e realização de exames médicos regulares, nomeadamente relativos à visão e audição?
5. Que medidas tomou o Governo e a ACT no sentido de garantir que as empresas deste sector cumprem a obrigação de assegurar formação especializada e remunerada?"

A política patriótica e de esquerda de que o País precisa

O País precisa de uma política patriótica e de esquerda que tenha como eixos essenciais: a libertação do País das imposições do Euro e da UE e a renegociação da dívida pública; a valorização do trabalho e dos trabalhadores; a promoção da produção nacional; o controlo público da banca e dos sectores básicos e estratégicos da economia e o apoio às MPMEs e ao sector cooperativo; a administração e os serviços públicos ao serviço do povo e do País; uma política de justiça fiscal; a defesa do regime democrático e o cumprimento da Constituição da República, com uma justiça acessível a todos e o combate à corrupção.

Os avanços e medidas que respondam a direitos e aspirações dos trabalhadores e do povo contarão sempre com a intervenção decisiva do PCP.

Tal como todas as medidas negativas terão firme oposição.

É esta garantia que os trabalhadores e o povo podem ter como certa.



O PAÍS PRECISA, O PCP PROPÕE

Soluções para os problemas dos trabalhadores, do povo e do País

Na abertura da sessão legislativa na Assembleia da República, o PCP apresentou as primeiras iniciativas para responder aos problemas mais imediatos dos trabalhadores, do povo e do País.



Aumento geral dos salários e salário mínimo nacional de 850€ para todos os trabalhadores, revogação da caducidade da contratação colectiva, reposição do tratamento mais favorável, combate à precariedade, mais direitos no trabalho por turnos, horário de 35 horas para os sectores público e privado.



Reposição da idade legal de reforma aos 65 anos, acesso à pensão sem penalizações com 40 anos de descontos, revogação do factor de sustentabilidade, eliminação de penalizações a trabalhadores com pensão antecipada, valorização das longas carreiras contributivas.



Gratuidade das creches para todas as crianças até aos 3 anos, incluindo medidas imediatas já para 2020 e investimento faseado na actual legislatura.



Para os serviços públicos, resposta à falta de pessoal, contratação de profissionais de saúde e de auxiliares e assistentes administrativos nas escolas.



Ainda na área da saúde, revogação das taxas moderadoras.



Para responder ao grave problema social de perda da habitação, iniciativas para um regime de impedimento da penhora da habitação, restrições à execução da hipoteca e extinção do Balcão de Arrendamento.



Redução do preço e alargamento da oferta dos transportes públicos, consagrando em lei as medidas tomadas, consolidando a redução de preços e o alargamento do passe e a promoção do transporte público.



Medidas no âmbito do Apoio às Artes para assegurar os direitos das candidaturas e melhorar as condições do trabalho artístico e cultural de estruturas e criadores.



Proposta de estatuto da condição policial para garantir aos profissionais das forças e serviços de segurança condições laborais e socioprofissionais adequadas; melhoria nas condições de saúde e segurança.



Redução de embalagens supérfluas e resíduos, para que os interesses dos grupos económicos não se sobreponham à salvaguarda do equilíbrio ambiental, medidas para a estrutura e gestão das Áreas Protegidas.

O PCP dá assim expressão aos seus compromissos com os trabalhadores e o povo e à luta por uma política alternativa, patriótica e de esquerda, que assegure o desenvolvimento soberano de que o País precisa.

